



1. INTRODUÇÃO

1.1. CONCEITO DE TURISMO

Como primeira abordagem a esta proposta pretende-se reflectir sobre a questão base: “O que é o turismo?” Ou seja, reflectir sobre o conceito de turismo. Mas será que ainda faz sentido procurar apresentar uma definição quando se depara, actualmente, com a existência de um instituto, uma direcção, várias regiões, associações, escolas superiores, etc. de Turismo, e tudo isto só a nível nacional, porque se passarmos para outras dimensões deparamo-nos com a própria Organização Mundial de Turismo (OMT), sem falar nos inúmeros documentos produzidos sobre o turismo, legislação ou instrumentos de apoio à gestão, concebidos por estas diversas instituições como é o caso da Política Nacional do Turismo, do Plano de Consolidação do Turismo, do Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo ou mesmo da presente proposta do Plano Municipal de Turismo para o Município de Lagos?

Na verdade, a dimensão que atingiu este “fenómeno”, se é que podemos chamar assim, leva-nos a pensar que o turismo é facilmente definível, pelo menos intuitiva ou empiricamente qualquer pessoa sabe do que se trata. No entanto, até ao momento não existe uma definição de aceitação generalizada, o que é compreensível face à natureza multidimensional, multifacetada e complexa do turismo.

A primeira definição a surgir numa tentativa mais abrangente foi a da OMT, em 1968: “turista é um visitante temporário que permanece pelo menos 24 horas no lugar que visita, por motivos de lazer ou de negócios. Um visitante com menos de 24 horas, pelos mesmos motivos é um excursionista”. Apesar desta definição não ser muito esclarecedora sobre a relação entre os fenómenos turísticos e o lazer, ela veio introduzir o critério da duração da permanência para distinguir o turismo de outras actividades semelhantes. No entanto, se esta definição for rigorosamente aplicada, deixam-se de fora certas excursões regionais, de âmbito, seguramente, institucionalizadas como turísticas.

Numa dimensão mais alargada do “fenómeno”, Mathieson e Wall (1982) apresentam uma visão multifacetada do turismo: “...movimento temporário para destinos fora do lugar normal de residência e trabalho bem como nas actividades desenvolvidas durante a estada e as estruturas criadas para satisfazer as necessidades dos turistas”.

Apesar da falta de rigor técnico desta definição, ela aborda diversos pontos relevantes para esclarecer a natureza do turismo: tem de haver movimento ou



Plano Municipal do Turismo

deslocação física e uma permanência no local de destino; o tipo de actividades praticadas durante a estada são distintas do local de residência ou trabalho e também numa óptica da oferta, o local de destino da deslocação deve reunir condições (equipamentos e serviços) para satisfazer os visitantes.

Destas duas definições pode-se reter a ideia de que o fenómeno turismo determina uma deslocação/viagem e conseqüentemente a realização de actividades que se desenvolvem longe de casa ou do local de trabalho. Estas características pressupõem que a experiência oferecida pelo local de destino não esteja presente ou não possa ser encontrada no ambiente de residência, caso contrário, não haveria justificação para a deslocação. É neste sentido, no consumo das experiências oferecidas, no envolvimento de entretenimento e diversão, que se encontra a especificidade do turismo, como uma actividade orientada para a procura.

As motivações para o turismo, os modos como este é praticado, os espaços onde se realiza e o seu conteúdo social são factores que permitem estruturar o turismo segundo diferentes tipos, podendo-se falar em turismo de negócios, religioso, desportivo, cultural, de saúde, de aventura, ecológico, litoral ou de praia, urbano, rural, de luxo, de massas, entre outros.

A diversidade destas formas de turismo associa-se a uma segmentação do turismo, em função das necessidades, desejos, características e comportamentos dos turistas, e ao reconhecimento do impacto que a actividade turística tem, cada vez mais, nos diversos domínios da sociedade (emprego, educação, saúde, segurança e cultura), assim como no uso e organização do território dos lugares de destino turístico, influenciando o ordenamento do território ao nível dos espaços construídos e dos seus usos, nas infra-estruturas, nas acessibilidades e transportes, nas preocupações ambientais e em outros domínios que contribuem para o desenvolvimento local e regional.

Na verdade, a complexidade que o fenómeno turístico tem vindo a ganhar leva-nos, actualmente, a entendê-lo como um sistema que se interrelaciona com outros sistemas, nomeadamente o económico, uma vez que o turismo se transformou numa actividade económica, compilando um conjunto de funções coordenadas com o objectivo de corresponder às necessidades de ocupação dos tempos livres e de viajar, e numa industria, já que em torno das razões de atracção turística estão instituídas uma série de actividades que têm como objecto a sua exploração, assim como a criação de novos serviços e produtos. Ao nível do sistema social a influência do turismo está também presente, determinando adaptações sociais em função do grau de especialização ou intensificação turística.



1.2. IMPORTÂNCIA DO TURISMO NO CONTEXTO ECONÓMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS

Antes de mais, e na sequência do que foi dito anteriormente, há que identificar o município de Lagos como um espaço/destino turístico. As razões que motivam a visita e permanência no concelho de inúmeros turistas, nacionais e estrangeiros, encontram-se não só nas suas características exotrópicas, ou seja, numa linha de costa com cerca de 15 km, oferecendo recantos costeiros de rara beleza e a formação de praias acolhedoras, ainda resistentes à massificação urbanística verificada em outros pontos litorais da região, ou nas paisagens do Barrocal e da Serra (de Monchique) no interior do concelho, mas também, e em particular, porque talvez seja este o elemento que particulariza Lagos dos restantes municípios algarvios, a riqueza do seu património arquitectónico e cultural com mais de quinhentos anos de história.

É claro que só a presença destes factores não basta para classificar Lagos como um destino turístico é necessário reconhecer a existência de procura turística em função destes elementos de atracção.

Segundo a fonte Direcção Geral de Turismo, registou-se, em 2001, uma entrada de 98 742 hóspedes, na sua maioria oriundos de países estrangeiros, em estabelecimentos hoteleiros localizados no concelho de Lagos. A este registo de hóspedes estima-se uma estada média de 6 noites, correspondendo a um total de quase 600 mil dormidas nos locais de alojamento.

De acordo com os Censos de 2001, o Instituto Nacional de Estatística estimava para o concelho de Lagos uma população residente na ordem dos 25 398 habitantes, cerca de 25% do número total de turistas que entraram e permaneceram no município (em estadias de curta duração) nesse mesmo ano. De acordo com estes valores, não há duvida de que Lagos se enquadra na classificação de destino turístico, assim como não há dúvidas da influência que a actividade turística, acompanhada de fortes oscilações populacionais, pode ter no seu território, na sua organização, na sua economia e na sua sociedade.

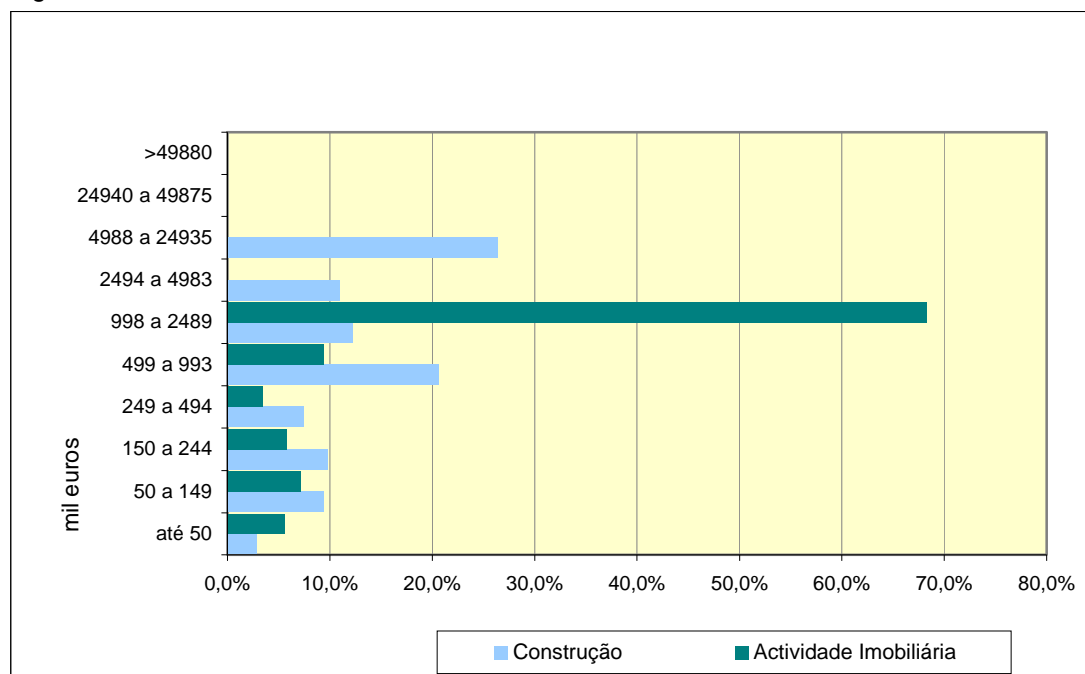
Esta realidade demonstra que o processo de afirmação do fenómeno turístico tem de ser acompanhado por mudanças e adaptações do espaço territorial, assim como na sua capacitação funcional, de forma a satisfazer as necessidades e comportamentos dos turistas. Na verdade, o desenvolvimento de práticas turísticas no município de Lagos, à semelhança de outros destinos turísticos, levou ao surgimento e desenvolvimento de infra-estruturas, equipamentos diversificados e uma toda uma estrutura de actividades que vêm complementar as atracções intrínsecas (naturais ou culturais) ao concelho.

Plano Municipal do Turismo

Esta adaptação funcional do município de Lagos ao turismo ou a sua estreita relação com a actividade turística reflecte-se profundamente na economia do concelho, com efeitos evidentes nos sectores da construção e do imobiliário, e no desenvolvimento de novas actividades e serviços em torno da oferta turística.

Os sectores da construção civil e do imobiliário apresentam um peso significativo na estrutura produtiva do concelho, absorvendo 73% do total de empresas do sector terciário. Segundo o volume de vendas de 2000, 26.4% das empresas do sector da construção civil situavam-se entre os 4.988 e os 24.935 mil euros.

Gráfico 1 - Distribuição das unidades de construção e imobiliárias no concelho de Lagos, segundo volume de vendas – 2000



Fonte: CAE, 2000

Das imobiliárias localizadas no concelho, 68% apresentam um volume de vendas entre os 998 e os 2.489 mil euros.

Ao nível do emprego criado no concelho, é também o ramo da construção civil a criar mais postos de trabalho, ocupando 25% da população ao serviço no sector terciário. Os dois sectores que mais directamente estão ligados à actividade turística, hotelaria e restauração, contribuem em conjunto com um peso igualmente significativo de postos de trabalho (30%) que compõem o sector terciário no município de Lagos. Há que referir que só este sector (III) absorve 92, 5% do total de trabalhadores na estrutura económica do concelho de Lagos.



Plano Municipal do Turismo

Tabela 1 - Pessoas ao Serviço por Ramo de Actividade no Concelho de Lagos

Actividades Económicas	Patrão	Trab familiar não remunerado	Trab por conta de outrem	Outros	Total	Peso no Sector III
Construção	151	0	973	10	1.134	19,9%
Estabelecimentos Hoteleiros*	36	1	843		880	15,5%
Restauração e Bebidas	159	2	645		806	14,2%
Sub-Total	346	3	2.461	10	2.820	49,6%
Agências de Viagens e Turismo	3	0	42		45	0,8%
Actividades Imobiliárias	42	0	138		180	3,2%
Aluguer de Meios de Transporte	9	0	41		50	0,9%
Actividades Artísticas de Espectáculos	2	0	2		32	0,6%
Sub-Total	56	0	223	0	307	5,4%
TOTAL	402	3	2.684	10	3.127	55,0%

Fonte: CAE, 2000

Outras actividades associadas à actividade turística, como é o caso de operadores turísticos, actividades de aluguer imobiliário e automóvel, ou actividades artísticas e de espectáculos não constituem ainda, por si só, grandes fontes de emprego.

No entanto, se a estas actividades se acrescentarem aquelas relacionadas com o comércio, o apoio a outras empresas, os serviços de proximidade, os transportes, a cultura, o recreio e lazer, cujo volume de trabalho e facturação é determinado pelas oscilações sazonais de turistas, como grandes consumidores de serviços e produtos, poder-se-á afirmar que o turismo influencia praticamente todo o tecido económico do concelho.

Lagos, à semelhança do que se verifica em toda a região do Algarve, apresenta uma forte especialização no vector turístico sol e praia, determinante para os índices de sazonalidade da actividade, facto que se reflecte igualmente na procura de mão-de-obra, de baixa qualificação, para contratos de curta duração em actividades de baixa produtividade. Esta situação, associada à debilidade das condições de empregabilidade na região, condiciona a aposta, por parte dos empresários, na componente de formação e qualificação profissional dos recursos humanos.

Contudo, o Turismo constitui um dos mais importantes sectores da economia portuguesa, considerando os impactos no produto interno, bem como no emprego. E é indiscutível a importância do turismo na base económica local e regional, apesar da sua mono-especialização.

Neste sentido, assumindo o turismo como um importante motor de desenvolvimento regional e local, há que definir linhas estratégicas e objectivos a alcançar em prol do



Plano Municipal do Turismo

que se pretende que seja o futuro do turismo no concelho de Lagos e a relação que este irá estabelecer com os restantes domínios do território municipal.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Lagos - PEL é o instrumento de enquadramento às estratégias sectoriais de desenvolvimento local, no âmbito das quais a proposta de Plano Municipal de Turismo que agora se apresenta é parte integrante, e cuja definição se sustenta nas apostas estratégicas defendidas pelo PEL.